



## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo n.º 10/2022**  
**Licitação Pregão Presencial n.º 02/2022**

**Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO CAMINHONETE FLEX CABINE DUPLA 4X2.**

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93, verbis:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa do Prefeito Martins Dias de Oliveira, sob a justificativa da necessidade de ampliação e modernização da infraestrutura e serviços para incremento da economia na zona rural do município.

O objeto da licitação é a aquisição de caminhonete cabine dupla, flex, tração 4x2, câmbio automático, ano 2022.

O Edital define o objeto de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, explicitando de modo conciso o que a Administração deseja adquirir, o que atende ao requisito disposto no artigo 40, I da Lei de Licitações. A Lei nº 8.666/93, em seu art. 14, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada. A conjugação dos Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, que,



juntos, dispõe da mesma forma, ou seja, que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara.

Ao processo foram anexadas as cotações de preço fornecidos por empresas do ramo.

Os recursos para a aquisição do veículo são oriundos do Convênio celebrado pela prefeitura com o Estado de Mato Grosso, por intermédio da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar.

Está anexado o comunicado do setor de contabilidade informando a dotação orçamentária para a compra.

O Prefeito autorizou a que fossem tomadas as providências para a abertura do procedimento licitatório.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei nº 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e o tipo é o menor preço.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

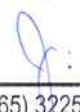
(...)

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de

 2





outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

No caso em tela, é relevante destacar que o art. 3.º, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei 10520/02, estabelece que:

“ Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração”.

A licitação em voga foi deflagrada para a aquisição de veículo cujas características estão definidas previamente e não haverá aquisições frequentes, entregas parceladas, portanto, a modalidade poderia ser o pregão presencial.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas.



Importante salientar que, conforme estabelecido pelo art. 15, § 4º, da Lei 8.666/93, in verbis:

“§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições’. Portanto, a contratação efetuada por intermédio de registro de preços não é obrigatória, nem mesmo para o ente promotor/gerenciador da respectiva licitação.

Vale ainda ressaltar, em apertada síntese, que os princípios aplicados às licitações são reflexos dos princípios do Direito Administrativo, essencialmente normatizado em sua estrutura.

Ao selecionar particulares para prestação de serviços, ou fornecimento de produtos a administração não pode nunca se escusar da observação dos princípios concernentes à licitação, seja por questão de moralidade, seja por questão de legalidade, pois os princípios das licitações, mais que uma questão moral é uma questão legal, ante suas disposições na Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional (Lei Federal nº 8.666/93, dentre outras).

O Termo de Referência estabelece a quantidade de itens a ser adquirida, e presume-se que será adquirido o bem descrito – caminhonete cabine dupla, flex, 4x2 e descreve com clareza o modelo e características do veículo.

Assim sendo, o Edital, anexos e a minuta da Ata de Registro de Preços, que compõem o processo, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

Em face ao exposto, o Parecer, com a ressalva relacionada à modalidade, é pelo prosseguimento da contratação pela licitação em análise.

S.M.J.

Porto Esperidião, 22 de fevereiro de 2022.

José de Barros Neto

José de Barros Neto  
Advogado - OAB-MT 8841

Portaria n.º 58/12